



## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**MENSAGEM N° 022/010 – GG**

Belém, 30 de Abril de 2010.

**Excelentíssimo Senhor  
Deputado Domingos Juvenil  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado**

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o exercício de 2011, que ora apresento a esta Casa Legislativa, reforça mais uma vez, o empenho e o esforço empreendido pelo nosso Governo para a manutenção do equilíbrio fiscal e para a realização das prioridades e demandas da população. O processo de elaboração do projeto da LDO/2011, por sua vez, reflete de forma positiva que a economia paraense terá uma taxa de crescimento médio para o período, de 5,30% com nível de inflação medido pelo IPCA em torno de 4,92% o que deve refletir de forma positiva nos indicadores fiscais do setor público.

Este projeto é fundamentado na Constituição Estadual/1989, na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Possui caráter anual, e está pautado no aperfeiçoamento e modernidade da gestão pública, com vistas à efetiva implementação das políticas públicas.

Dentre os objetos do projeto da LDO, ressaltam-se as metas e prioridades da administração pública estadual, para 2011, que estão contidas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, além das diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) e das metas fiscais para o período de 2011 a 2013.



## **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

Os indicadores econômicos e financeiros considerados no projeto da LDO do ano de 2011, apresentam como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) as taxas de 4,43%; 5,67% e 5,79%, respectivamente para os anos de 2011, 2012 e 2013. Este desempenho positivo se revela nos números projetados para o PIB do Pará, que demonstra uma trajetória de crescimento seqüenciado, para a economia paraense, com uma expansão média anual de 5,30%, saindo de um valor estimado de produção de R\$ 62.640 milhões em 2010, para R\$ 67.344 milhões em 2011.

Além disso, acumulados para os três anos (2011 a 2013), estima-se uma inflação de 15,52%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e juros a Taxa Selic de 33,34%. Esses parâmetros referendam a estimativa da receita e a fixação da despesa, considerando também, os valores já acordados no Plano de Ajuste Fiscal (PAF).

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

Os indicadores fiscais para o triênio 2011-2013 indicam fortemente um horizonte financeiro equilibrado, permitindo maior segurança na condução dos gastos públicos estaduais. Dessa forma, estima-se para 2011, uma receita total de R\$ 11,94 bilhões e, as não financeiras da ordem de R\$ 11,15 bilhões, contra as despesas financeiras de R\$11,94 bilhões, gerando um superávit primário de R\$ 67 milhões, que somado às receitas financeiras na ordem de R\$ 855 milhões, são suficientes para que o Estado conclua o exercício de 2011 com resultado orçamentário e financeiro balanceado.

Para os exercícios de 2012 e 2013, as contas fiscais do Estado também deverão ter o mesmo desempenho, com registro de R\$ 100 milhões e R\$ 160 milhões, respectivamente, para o resultado primário, o qual demonstra a solvência financeira do setor público, na medida em que reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida pública.



## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Quanto ao Resultado Nominal, que mede a variação anual do estoque da dívida fiscal líquida do Governo Estadual, para o exercício de 2011, está projetado um crescimento de 6,78% quando comparado ao exercício de 2010. Em 2011, está previsto um valor de R\$ 80 milhões, resultado da diferença entre a dívida consolidada líquida desse exercício, na ordem de R\$ 1,71 bilhão e de R\$ 1,63 bilhão esperado para o fim do exercício de 2010.

No caso dos dispêndios previstos para a dívida consolidada líquida, foram utilizados diversos indicadores financeiros, conforme os parâmetros de correção constantes nos contratos. Para 2011, esses dispêndios estão estimados em R\$ 1,71 bilhão, quando comparado a 2010, representa um crescimento de 4,92%. Para 2012 e 2013, a dívida consolidada líquida apresenta um crescimento de 5,70% e 4,79%, respectivamente.

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

A projeção da receita, no triênio 2011-2013, teve como ponto de partida, excluindo as externalidades, as receitas realizadas do exercício de 2009, sendo que para aquelas de origem tributária com vínculo direto com o desempenho da economia, considerou-se a variação do PIB e a inflação mensurada pelo IPCA. Para as demais receitas, foi observada para esta projeção, a média da execução de 2009, utilizando o deflator do IPCA. Já para as receitas transferidas, considerou-se a projeção da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O projeto da LDO/2011 prevê um crescimento da ordem de 4,93% para a Receita Líquida Total, estimada no valor de R\$ 11,94 bilhões, já deduzido o valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), quando comparada à reestimativa da receita para o ano de 2010, calculada com base na execução de



## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

2009, na ordem de R\$ 11,38 bilhões. Na composição deste grupo de receitas o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), foi o que mais contribuiu para este crescimento, com valor de R\$ 4,84 bilhões para 2010 e R\$ 5,08 bilhões para 2011.

As receitas transferidas, consideradas aqui, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Desoneração das Exportações e o Imposto sobre o Ouro, foram estimados em R\$ 3,25 bilhões demonstrando dessa forma um acréscimo de 5,05% sob a reestimativa apresentada para 2010. Já para as receitas da administração indireta, esta projeção registrou uma estimativa de R\$ 1,12 bilhão, o que representa um acréscimo de 3,08% em relação ao ano anterior.

Por apresentar características específicas foram utilizados nos itens da despesa total, os seguintes indicadores:

- a) para Pessoal tomou-se por base a re-estimativa de 2010 acrescida dos índices do IPCA e da variação percentual do PIB;
- b) Na Dívida Pública, foram utilizados os indicadores financeiros de cada contrato da dívida estadual, pois cada um apresenta parâmetro de correção diferenciado;
- c) para as Transferências Constitucionais aos Municípios e Repasse aos Outros Poderes, utilizaram-se os limites legais impostos; e
- d) Para os Demais Itens de Dispêndios, considerou-se o índice do IPCA.

Desse modo, para as despesas correntes ficou estabelecido o valor de R\$ 10,35 bilhões, enquanto que, para as despesas de capital foi projetado o valor de R\$ 1,59 bilhão. Para os anos de 2012 e 2013 foram projetados R\$11,12 bilhões e R\$ 11,95 bilhões, respectivamente para as despesas correntes.

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados.



## **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

No Anexo de Metas Programáticas deveriam ser apontados os programas e ações que foram priorizados para o ano de 2011, tendo como base os macro-objetivos de governo e suas estratégias setoriais. Entretanto, para efeito de conhecimento de todos os programas de governo, optou-se por apresentar os 55 programas finalísticos do Poder Executivo e dos Outros Poderes, com suas ações definidas no PPA 2008-2011, relativo ao ano de 2011.

É importante salientar que, as metas programáticas constantes no projeto da LDO/2011, são as contidas nos programas do tipo Finalístico, pois estes contribuem para o ciclo produtivo da economia. Por esta razão os programas do tipo Apoio às Políticas Públicas e de Serviços ao Estado, além do programa de Apoio Administrativo não constam do referido Anexo.

Assertivo dizer que, as necessidades são ilimitadas e que sempre haverá demandas da nossa população por serem atendidas, mas novamente reafirmo o nosso compromisso de priorizar e garantir a integração efetiva das políticas públicas, com ênfase na geração de trabalho, emprego e renda, na saúde preventiva e curativa, na segurança, na cidadania, na educação e no crescimento produtivo.

Assim, é neste cenário que estão pautados os nossos macro-objetivos de governo no qual demonstra, o quanto devemos tratar e respeitar o nosso povo, a nossa gente, que espera do gestor público seriedade, transparência e responsabilidade na condução e na gestão da aplicação dos recursos públicos.

Sabemos que o desafio é enorme, e que os gestores públicos devem ser cada vez mais atuantes e dinâmicos para que haja uma marcha maciça em prol de uma administração pública eficaz, com resultados exitosos para que nossa população seja atendida com avanços econômicos e sociais. As políticas públicas devem ser inovadoras, integradas e fiéis à demanda da nossa população.



## **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

Por fim, este projeto da LDO/2011 fecha o período (2007-2010) do nosso governo e com ele reafirmamos o nosso compromisso com o povo do Estado do Pará, na construção do Novo Modelo de Desenvolvimento, do qual muito conseguimos, mas o legado é grande. Temos conhecimento e consciência que precisamos aumentar a competitividade e a equidade na distribuição da riqueza deste Estado e assim contribuir para melhorar a qualidade de vida do povo paraense, enfatizando que Esta Casa Legislativa exerce um papel de vital importância para o processo.

Muito obrigada!

**ANA JÚLIA CAREPA**  
**Governadora do Estado do Pará**